

50ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA

23 de fevereiro de 2010 – 9:30 horas

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Posse da nova conselheira suplente Representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Sra. Rose Mary Gottardo;
- II. Aprovação da ATA da 13ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 15 de dezembro de 2009;
- III. Aprovação da ATA da 14ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 19 de janeiro de 2010;
- IV. Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- I. Apreciação e Deliberação sobre o Relatório de Atividades do CONFEMA exercício de 2009;
- II. Apreciação e Deliberação sobre projetos candidatos a financiamento pelo Edital FEMA 07 de números: 106, 144 ao 164.

Anexos:

ATA da 13ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 15 de dezembro de 2009;
ATA da 14ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 19 de janeiro de 2010;
Pareceres dos projetos concorrentes ao Edital FEMA 07 dos projetos de número 144 ao 164.

Presidente Eduardo Jorge: 50º Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, 23 de fevereiro, informe, não tem. Expediente:1 posse da nova conselheira suplente representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Rose Mary Gottardo. **Aprovação da "Ata da 13º Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, dia 15 de fevereiro" e Aprovação da "Ata da 14º Reunião Plenária Extraordinária"**, elas já foram distribuídas, vocês já podem ir estudando quando houver quorum nós vamos deliberar. Sugestão de inclusão na pauta, não há. Ordem do Dia: Apreciação e Deliberação sobre o relatório de atividades do CONFEMA, exercício de 2009, esse é o ponto 1, nós temos o 2º ponto que é Apreciação e Deliberação sobre projetos candidatos a financiamento pelo Edital FEMA, virá em seguida. Tem uma exposição inicial e tem uma exposição do Lucas do departamento.

Coordenador Rubens: Bom dia senhores conselheiros, bom dia ao público presente, eu vou fazer um resumo, são apenas 4 slides, porque como tem a apresentação do Lucas que vai falar sobre o orçamento e a execução orçamentária, então eu não me ative a esse detalhe, ele vai estar falando depois. Com relação as atividades de 2.009 do Conselho do Fundo de Meio Ambiente, durante o exercício de 2.009 foram realizadas 14 Reuniões Plenárias Ordinárias, e 4 Reuniões Plenárias Extraordinárias, essas reuniões para o final do ano elas foram inicialmente quinzenalmente e no mês de novembro e dezembro passaram a ser semanais pelo volume de projetos que foram apresentados, e que estavam analisados e necessitavam da deliberação do conselho, então essas 4 reuniões extraordinárias elas foram mais para o final do exercício. Durante 2.009 foram expedidas 84 resoluções por esse conselho, entre essas resoluções teve aprovação do Edital Nº 08, cujo tema é "Agricultura urbana e periurbana", esse Edital foi aprovado no dia 27/08/2009, nós recebemos os projetos até janeiro de 2.010 e agora estão em fase de análise para depois serem submetidos ao conselho para a votação. Foram aprovados em 2.009, 33 projetos que foram apresentados resultantes do Edital Nº05 e Nº07, o Nº06 ainda estava em análise, então ainda nem todos foram submetidos, então os que foram aprovados foram relativos ao Edital 5 e o 7. Foram aprovados também 24 projetos apresentados pela administração e esses projetos são aqueles relativos aos créditos de carbono, que as subprefeituras estão apresentando projetos para utilização desses recursos e todos eles são submetidos ao conselho antes da liberação do recurso. Desses projetos todos que foram aprovados dos Editais 5 e 7, foram efetivamente assinados até 31/12, 10 convênios com a secretaria. Com relação aos créditos de carbono, nós tivemos em janeiro dia 22/01 o depósito resultante do segundo leilão de créditos de carbono em um montante de R\$41.694,881,29, esses recursos eles são resultados do leilão de 2.008, mas só foram creditados em janeiro de 2.009, esse lapso de tempo ele se dá por conta de ser uma relação internacional, de ter que legalizar a entrada desses recursos no país, ser contabilizados pela prefeitura e só depois disso ele é transferido para conta do fundo, então tem um intervalo entre setembro que foi efetivamente a data do leilão e janeiro que foi a data do depósito. Desses recursos que nós temos na conta do FEMA dos créditos de carbono foram efetivamente pagos, e quando eu digo pagos é dinheiro que saiu da conta do fundo e foi transferido para os prestadores de serviços que executaram os projetos R\$ 5.620,875,71 nós ainda temos um resto de empenho resultante de 2009, que são restos a pagar, mas que como depende das medições dos projetos que virão das subprefeituras, então nós não temos exatamente o valor que vai ser executado, mas esse valor aplicado ele pode aumentar ainda até o final de fevereiro ou início de março que é quando a gente termina de fazer o pagamento de restos a pagar do ano anterior. Em 2.009 não houve leilão de créditos de carbono em função das questões econômicas, redução dos valores, das reduções certificadas, então entendeu- se que seria interessante até aguardar mais um pouco para que houvesse uma recuperação dos valores da RCE do mercado para que seja feito um novo leilão. Bom com relação a prestação de contas efetivamente, nós tínhamos em dezembro, isso é saldo de dezembro, na conta corrente do fundo R\$ 73.208, 767,30, isso de acordo com um extrato do dia 22/12 que foi o ultimo de dezembro, que foi encaminhado pela Secretaria de Finanças, como nós temos ainda projetos em andamento dos Editais anteriores, então nós temos previstos ainda para despesas do Edital Nº 03 R\$ 114.823,00, do Edital, Nº04 R\$ 187.083,00, do Edital Nº 05 R\$ 134.017,00, para os Editais 6, 7 e 8, que são Editais esses que estão os projetos sendo selecionados, e nem todos os convênios foram assinados, então foi colocado ali o valor de cada um

dos Editais, o valor integral de cada um dos Editais. Então não significa que seja exatamente esse valor que vai ser executado no exercício, porque como depende da assinatura dos convênios e cada convênio tem um cronograma de desembolso, então esses valores podem sofrer variações durante o exercício. Então são R\$ 2.000.000,00 do Edital N° 06, R\$ 2.000.000,00 do Edital N°07 e R\$ 2.000.000,00 do Edital N°08. Os recursos de crédito de carbono, que eu já falei que foram gastos R\$ 5.625,875,71, então nós temos hoje um saldo disponível na conta R\$ 61.520.029,41, esse é o valor que nós temos disponível na conta e que não há comprometimento desse recurso ainda nem por Editais, nem por projetos da administração, então ele está totalmente disponível. Bom nós tivemos duas auditorias do tribunal de contas durante o exercício de 2.009, essas auditorias foi de procedimentos internos do fundo e o relatório final da segunda auditoria foi encaminhado essa semana para gente, e nós temos um tempo para estar respondendo esse relatório, mas em suma, o relatório ele conclui que são necessários novos procedimentos principalmente do controle de entrada e de saída de recursos, isso envolve não só a secretaria do FEMA, do departamento ou do DPP, mas também o Departamento Administrativo Financeiro da Secretaria uma vez que envolve execução orçamentária, controle de entrada de recursos, contatos com Secretaria de Finanças, de Planejamento, etc. Então essa parte, esse suporte administrativo é dado pela secretaria e o Departamento de Políticas Públicas, o nosso departamento ele faz um acompanhamento desses controles. Bom, eu não entrei no caso da execução orçamentária, porque o Lucas vai estar fazendo isso, mas já vou adiantar que a gente tem sérias restrições com em relação ao orçamento desse exercício, a secretaria de Planejamento junto com Finanças, está trabalhando em conjunto para fazer uma melhor execução dos recursos financeiros da prefeitura e por conta disso a gente tem tido algumas limitações para fazer as reservas, empenhos, dos projetos, e nós estamos revendo os procedimentos junto com o departamento administrativo financeiro da secretaria para adotar novos procedimentos para efetiva execução do recurso desse ano. Então com relação as atividades do FEMA, vocês estão recebendo o relatório na íntegra, esse aqui é só um resumo desse relatório e eu fico aberto para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir. Acho que agora o Lucas pode já estar entrando com a apresentação dele e ele vai falar um pouco sobre a execução orçamentária do departamento.

Lucas: Bom dia, meu nome é Lucas, trabalho aqui no Departamento de Administração e Finanças da Secretaria do Verde e Meio Ambiente e hoje a Helena me convidou aqui para estar falando um pouco da execução orçamentária e de como vai se dar a execução orçamentária de 2.010 também e para isso eu vou estar introduzindo um pouco alguns conceitos do orçamento, como que funciona toda a parte de planejamento do Município de São Paulo aqui, para estar introduzindo esses temas. Bom, aqui são os principais instrumentos de planejamentos que fazem toda a peça de planejamento do Município de São Paulo, então nós temos o plano diretor estratégico, ele vai estabelecer prioridades para as políticas públicas e manter o planejamento urbanístico e ambiental da cidade, a partir dessa gestão nós temos o programa de metas que é a agenda 2012 que vão estar estabelecidas as prioridades, ações estratégicas e metas indicadoras para os 4 anos seguintes da gestão, nós temos o plano AI que estabelece prioridades e metas para os 4 anos seguintes, sendo que pega 1 ano na gestão subsequente, a Lei de diretrizes orçamentárias que vai tirar do PPA as metas anuais, que vai estar estabelecendo as metas e prioridades para o orçamento e a Lei Orçamentária anual, a LOA, que é o orçamento dito e feito, que vai está trazendo a previsão da receita e o detalhamento da despesa para o exercício, então aqui é a forma de integração entre eles aqui pegando o exemplo dessas gestão no ano de elaboração 2.009 do programa de metas que vai estar norteando e subsidiando o PPA e o PPA vai estar em cada LDO e em cada LOA, em cada orçamento e lembrando que a de 2.009 estão seguindo as metas ainda da gestão anterior. Então aqui um pouco de como funciona o processo de elaboração do orçamento na Prefeitura, então a Secretaria de Finanças, como é da Assessoria Econômica vai estar realizando toda a previsão da receita que vai entrar no exercício do município, aí a Secretaria de Planejamento e Plano AGO junto com todas as unidades a fazer o trabalho de fixar toda a despesa que vai ter, e aí o que acontece, depois que todas as unidades encaminha para a Secretaria de Planejamento só as despesas no ano, vai ter que haver um corte para respeitar o princípio do equilíbrio do orçamento, ele vai ter que estar de acordo com a previsão da receita e geralmente as despesas da

secretaria são sempre um pouco acima, até pelas demandas que a cidade tem e dentro desse corte tem alguma hierarquia de priorização, que nós temos educação e saúde que a constituição prevê um percentual fixo para elas, serviços das dívidas, precatórios e contra partida de convênios e operações de crédito, tirando essas despesas vai sobrar um saldo e esse saldo menos as manutenções de todos os equipamentos das secretarias vai sobrar o último pedacinho que é o que nós temos para estar fazendo investimento, expandindo ação governamental, aumentando. Então o conceito básico do orçamento é que ele prevê a receita e fixa a despesa no município, o orçamento ele é organizado por meio de programas, um programa ele na verdade é um conjunto de ações, cujo objetivo é atender alguma demanda da sociedade, então a elaboração do programa tem toda a questão política, toda a questão das demandas que a sociedade tem do diagnóstico a Prefeitura tem da cidade, dos problemas e são realizados os programas. E os programas são subdivididos em ações, podendo ser elas projetos ou atividades, o conceito de projeto, é que o projeto é uma ação limitada no tempo, ele tem início e fim, como por exemplo, construções, reformas, a implantação de um parque de uma escola vai ser um projeto e uma atividade ao contrário é uma ação contínua e permanente, então vai voltar todas as despesas correntes, onde vão estar toda a manutenção da secretaria e todas as atividades como por exemplo, a educação ambiental, manutenção dos parques, aí os projetos e atividades vão se dividir em tipos de despesas, então aqui é só um exemplo de uma atividade nossa do programa proteção ao meio ambiente e a qualidade de vida, e lá vão ter todos os tipos de elementos de despesas que nós vamos poder dentro dessa atividade, nós vamos poder estar contratando o serviço de consultoria, comprando material de consumo, contratação de terceiros e compras de materiais permanentes, é um exemplo para nós, e aqui como que funciona toda a codificação da dotação orçamentária, em resumo é o que vai estar detalhando o orçamento, então a cada recurso que consta no orçamento, dotação orçamentária são classificadas de acordo, nós temos a classificação institucional da despesa, que é quem executa, então aqui no caso eu peguei um exemplo do FEMA que é o órgão FEMA, a unidade orçamentária ao gabinete do secretário, a classificação funcional que ela é utilizada para consolidação das contas no âmbito da união, então o Ministério do Meio Ambiente a Secretaria do Estado do Meio Ambiente, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente seguem a mesma classificação funcional, que trás a função gestão ambiental e a subfunção de proteção e conservação ambiental. Depois vem a classificação programática da despesa, em qual programa que ela vai estar inserido e no caso aqui hoje o 1210 que é a cidade mais verde e depois vai vir a atividade ou projeto, no caso aqui é uma atividade que é realizações ambientais, que é uma das atividades do FEMA e aí depois vem a parte do elemento de despesa que vai estar dando o tipo de despesa que é, no caso aqui no exemplo é um material de consumo, uma despesa corrente. Então aqui é um resumo de como as prioridades elas vão estar, que é entre planejamento e orçamento, as prioridades se expressam em programas os quais estão estruturados em ações, projetos ou atividades que vão estar objetivando metas, as quais vão ser atingidas através de compras de bem e serviço, cujos valores estão orçados e contidos nas dotações orçamentárias, portanto as prioridades estão diretamente ligadas e expressas nas dotações orçamentárias. Então um pouco da execução orçamentária do FEMA de 2009, então em 2009 nós tínhamos dotação orçamentária do FEMA que é a ação, a atividade 6654, que é onde estavam não realizados os convênios com as entidades, para os projetos e nós temos esses elementos de despesas, terceiros de pessoa física, contratação de pessoa jurídica e obrigações no caso que nós tivemos contratação de palestrantes, então aqui o outro elemento de despesas serve para pagamento de INSS, então 2009 o FEMA teve essa dotação, o 6654 teve um orçamento inicial de R\$ 13.000.590,00, atualizado de R\$ 13.000.590,00, que durante o ano passado teve as complementações ou algo mais, no caso se manteve, ficou congelado R\$ 10.000.490,00, e do que tinha disponível nós reservamos R\$ 2.000.005,00 empenhou R\$ 2.000.000,00 já com os convênios e liquidamos R\$ 2.000.000,05, e é claro que a liquidação nós temos a questão dos empenhos que podem ser a pagar no outro ano e vão estar sendo liquidados no ano seguinte. Com relação ao crédito de carbono a dotação que nós tínhamos no caso era um projeto que envolvia portanto despesas de capitais, como a receita do crédito de carbono é uma receita de capital você tem que fixar uma despesa de capital também, ou seja, para investimentos, para expansão da ação governamental, então no crédito de carbono nós

tínhamos esses seguintes elementos de despesa ou material de consumo para pessoa física, pessoa jurídica, obras instaladas para aquisições de imóveis que é para as desapropriações, aí no caso do crédito de carbono nós tínhamos um orçário inicial de R\$ 80.000.000,00, no atualizado também manteve os R\$ 80.000.000,00, dos quais R\$ 53.000.700,00 estavam congelados, do disponível nós reservamos para R\$ 14.000.000,00 empenhamos R\$ 9.000.005,00 estamos liquidando aí já chegamos a R\$ 6.000.200,00. Aqui um pouco do detalhamento da execução orçamentária dos créditos de carbono em 2.009, então aqui está para o processo, todos os processos que foram, os objetos ali e a unidade executora e quanto reservou, empenhou e liquidou, o que dava para passar um pouco o mais rápido. Aqui começa alguns serviços no caso de desfazimento e demolições e aqui as obras de instalações, então todas as praças que a subprefeitura implantou o Parque Senhor do Vale que é um dos nossos Parques, a implantação do CRAS do prazo Anhanguera, nosso centro de reabilitação de animais silvestres, mais praças e as desapropriações que nós realizamos com os recursos dos créditos de carbono também. Agora voltando para o processamento de 2010, então como que está distribuído as dotações orçamentárias no orçamento de 2010, então nós continuamos com a atividade de 6654 que mudou o nome, virou "Realizações de ações ambientais no FEMA", que aqui onde vão estar as despesas relacionadas aos convênios basicamente, então nós vamos ter material de consumo, pessoa física, pessoa jurídica e as contribuições tributárias, nós temos um orçado inicial aprovado na Lei Orçamentária desse ano de R\$ 9.000.200,00, aí nós também tivemos no recurso do FEMA sem ser o crédito de carbono, mas uma dotação voltada para um projeto que é 7127 que é "Implantação de projetos ambientais", para que nós possamos ter a despesa de capitais caso seja aprovado o projeto conforme o interesse para os recursos do FEMA que não são advindos do crédito de carbono, então nós temos a cotação em pessoa jurídica e obras de instalações, foram aprovados R\$ 5.000.700,00. Aqui já entrando no FEMA crédito de carbono, nós criamos uma dotação a 7128, que é implantação de Parques Urbanos Naturais e Lineares com o recurso do FEMA crédito de carbono, que são os Parques nas regiões de Perus, Pirituba, e da zona Leste, São Mateus, Cidade Tiradentes. Aqui nós temos o elemento para obras e instalações e para desapropriações, foi aprovado no orçamento R\$ 53.000.500,00, a 7129 implantação do Viveiro que é uma dotação específica para implantação do viveiro na Anhanguera, também tem obras instalações R\$ 3.000.600,00, basicamente aqui vai ser realizada a implantação do viveiro. E a 7138 que é um outro projeto que ele é mais geral, que ali vão estar as praças das subprefeituras, que abarca, mas não é tão específico para parques como para viveiros, que é para pessoa jurídica, as obras de instalações também desapropriações, com uma orçada inicial aprovada em R\$ 16.000.400,00. E a 7104 que é implantação da política municipal de mudanças climáticas com recursos dos créditos de carbono que teve um aprovado de R\$ 10.000.300,00 e que vão ser realizados as contratações de inventário e algumas outras despesas relacionadas as mudanças climáticas. E no orçamento de 2010 aqui a LOA a Lei Municipal que aprovou o orçamento a R\$ 15.089,00 de 2009, aquela aprovada até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao orçamento, ela trouxe a previsão da receita e a fixação da despesa e essa lei ela é regulamentada por um decreto de execução orçamentária que é o deste ano 51.194, então esse decreto vai regular a Lei e vai definir as regras da execução orçamentária para 2010 e tem um outro decreto que é o 51.200, que vai estar estabelecendo as cotas financeiras para os órgãos da administração pública inclusive os fundos, então os fundos também estão condicionados a liberação das cotas financeiras, que na verdade todo trabalho que nós fazemos aqui, nós trabalhamos com o recurso orçamentário, recursos que são feitos em cima da previsão de uma receita e você tem uma previsão de uma despesa, e as cotas financeiras conforme a receita vai entrando mês a mês no município, são as cotas que é o referente ao recurso financeiro mesmo, corresponde ao recurso orçamentário, então nós só vamos conseguir estar emitindo, então ele condiciona toda a execução do orçamento, então a Lei Municipal 15.089 aprovou um orçamento total para o FEMA tanto crédito de carbono, quanto não crédito de carbono e de R\$ 98.000.900,00 conforme a previsão que nós encaminhamos da receita durante a elaboração em julho a agosto de 2009, sendo R\$ 14.000.999,00 para o FEMA e R\$ 83.000.000,00 para os créditos de carbono, e o decreto de execução orçamentária ele definiu as cotas para as atividades que vão ser liberadas para o trimestre e as dos projetos serão liberadas mês a mês, principalmente na questão de obras que eles estão definindo regras bem rígidas para

estar acompanhando de mês a mês que vai exigir uma certa agilidade para estar conseguindo executar e avançar contra as obras, mediante a execução dos recursos liberados e a comprovação de novas despesas vão ser liberadas as cotas trimestralmente e mensalmente. Obrigado, qualquer dúvida que vocês tiverem, podemos conversar um pouco.

Coordenadora Helena Magozo: Bom, então o Lucas e o Rubens estão aqui à disposição dos conselheiros, até a platéia, nós temos uma associação, se sintam a vontade para estar perguntando. A idéia que nós temos é realmente que nos apropriemos da linguagem utilizada nas informações da administração. É uma linguagem que para muitos de nós não é usual, mas é fundamental para nós enquanto conselheiros, enquanto participantes de uma determinação do orçamento público, nós irmos se familiarizando, porque nós só conseguimos conhecer realmente e se posicionar e interpretar quando efetivamente nós nos aproximamos dessa linguagem, então por mais que nesse momento ,eu tenho certeza, que possa ter alguns elementos desconhecidos, fora para as pessoas das áreas, como o Rubens, o Lucas e outros que possam estar aqui,mais familiarizados, eu acho que é um processo inevitável e desejável, para nós podermos estar cada vez mais afinados com esta linguagem, pois trabalhamos com os aspectos técnicos ligados às políticas públicas que queremos desenvolver na cidade. Em relação àquela 1ª parte da apresentação do Rubens, o que nós fizemos após receber o relatório do Tribunal de Contas, nós reiteramos, em um ofício assinado pelo secretário Eduardo Jorge, para o Secretário de Finanças, a necessidade absoluta de nós termos uma articulação com a Secretaria das Finanças e o nosso Departamento de Administração Financeira, porque existe uma instrução normativa Nº 09 que foi lançada pela Secretaria das Finanças em meados do ano passado que falava do controle, da demonstração do controle de entradas, despesas dos fundos e um ponto fundamental são as entradas do fundo e isso é uma coisa que nós não temos domínio hoje, a informação é só da Secretaria das Finanças, então se nós não temos essa clareza, o fluxo garantido de informações para o que efetivamente entra para o fundo em termos na caixa municipal, acabamos não cumprindo a Instrução. O restante é possível aferir, nossas despesas, o que nós estamos gastando, para onde está sendo direcionado o recursos. Hoje funciona assim, através de uma guia que é chamada 12B, que é entregue na Secretaria do Verde, a partir desta guia se faz uma pescagem dentro do orçamento daquilo que caberia ao fundo, não é um processo direto e isso precisa ser aperfeiçoado, mas o nosso maior desafio que até foi colocado já pelos números, vocês podem ver, é aperfeiçoar os nossos procedimentos administrativos, financeiros, com os cuidados jurídicos e executar com competência, vocês podem ver que a nossa execução ainda é muito baixa e não é uma questão que a gente possa resolver do dia para noite é executar com responsabilidade, mas estar ciente que enquanto agentes públicos, nós temos recursos que são muito importantes para a cidade e para as políticas de Meio Ambiente da Cidade, então eu diria que do ponto de vista do Departamento ,nós comungamos a necessidade do aperfeiçoamento de procedimentos de encaminhamentos da Secretaria do Verde, dos outros órgãos que possam estar apresentando projetos. Nós somos meio, atuamos através dos projetos que nos chegam tanto da administração direta, como dos órgãos técnicos,como das entidades privadas sem fins lucrativos, através da abertura dos Editais, para que políticas públicas sejam desenvolvidas. Acaba sendo um setor que expressa um todo, não é um setor que por si só possa ser considerado eficiente ou ineficiente, tem questões que sim, que pode melhorar, mas do ponto de vista dessa execução orçamentária, é um todo que é refletido nessa nossa execução. Pois não, Gilmar e Maestro.

Cons. Gilmar: Eu não sei, eu vou falar uma coisa que talvez... Eu acho que essa transparência hoje apresentada, foi mais no sentido da metodologia, também tem pouco a ver com a prestação de contas em relação aos próprios projetos financiados, essa forma, o formato da prestação de contas obedece a essa forma também, é isso que eu queria, porque eu sei que nós temos toda metodologia de prestação de contas, mas no formato dos projetos financiados, não poderia ser uma extensão disso, quer dizer já enquadrar dentro de toda metodologia da própria secretaria para facilitar uma aferição, controle, e etc. Não sei se isso já funciona assim.

Coordenador Rubens: O que você está falando é assim, a prestação de contas das entidades com relação com a prefeitura ser conforme essa apresentação que foi feita.

Cons. Gilmar: Eu digo metodologia, a medida que você está acostumado com uma forma de gestão, você tem um processo e esse processo facilita a medida que já entra naturalmente no formato do processo de gestão da própria secretaria, eu não sei se eu estou.

Coordenadora Helena Magozo: Eu não sou da área, é o seguinte isso é um quadro final, uma síntese, a prestação de contas envolve outros detalhes que nós precisamos estar comprovando em termo de aferição, de nota fiscal, as vezes são procedimentos que para as entidades parecem uma excessivamente exigentes, mas é necessário, nós temos que ter comprovação de gastos.

Francisco: Sabe o que eu queria sugerir então, porque nós somos da administração pública e nós sabemos como é que funciona, mas como há membros aqui que não conhecem contabilidade pública ou outros princípios, talvez trazer um processo de prestação de contas para os conselheiros verem como é que acontece, talvez funciona assim, porque é um pouco diferente mesmo quem conhece contabilidade, a contabilidade pública é diferente e a própria forma de prestar contas é mais rigorosa, trazer e deixar aqui um dia para que...

Coordenadora Helena Magozo: Estamos em um processo de aperfeiçoamento, de aprendizagem no Fundo; é muito novo um fundo executar e gradativamente mais, então um aspecto que eu acho muito importante, que nós precisamos pensar para uma nova safra que vai ser grande de convênios, é uma capacitação das entidades na prestação de contas, para se entender o que está atrás da exigência e precisamos rebater no nível das entidades essa capacitação, porque senão durante o processo todo nós temos que chamar N vezes as entidades, porque essa questão da administração pública é muito distante muitas vezes para as entidades, as vezes tem a parte técnica, tem a parte da participação, a parte da intervenção e da ação, mas a prestação de contas não é também, na maior parte das vezes usual, então que possamos ter logo no começo um processo de capacitação com as entidades conveniadas que garanta a transparência e clareza na prestação de contas.

Lucas: E é importante ressaltar que o orçamento ele é anual, portanto todas as despesas fixadas neles devem ser executadas no ano, portanto a administração pública ela trabalha na exigência fiscal e precisa ter esse tempo, com esses tipos de empecilhos que acabam ocorrendo durante a execução reflete inclusive nos números da execução orçamentária e eu acho importante esclarecer como funciona a despesa no FEMA com relação aos convênios, por exemplo, na atividade 6654, o Rubens pode falar se eu falar alguma coisa errada aqui, é elaborado um Edital que é lançado na rua e esses são chamados projetos, os projetos entram, vão ser avaliados por uma comissão especial técnica, os que são aprovados vão para serem conveniados com a prefeitura para receber recursos do FEMA, a partir do momento que é assinado o termo de convênio com a entidade é feita, inclusive a reserva é prévia, a assinatura, a reserva da despesa, depois que é feito o termo de convênio é feito o empenhamento da despesa que é o compromisso da administração em pagar aquela despesa, junto com a entidade e a partir daí ele já é liquidado, então a entidade vai receber em uma conta o recurso, vai gastar conforme o cronograma aprovado no projeto com o ofício financeiro e a partir daí eu não sei se é mensal ou... A prestação de contas para aquele recurso que ela recebeu com que de fato ela gastou, se está de acordo com o projeto aprovado, porque isso é importante e assim, nós vamos encontrar de tudo aí na cidade pelo todo, então tem alguns convênios que vão gerar alguma dificuldade maior, nós também tem todo e sempre a intenção de estar sempre apoiando as entidades para que melhores projetos sejam implantados nas cidades, e é um processo realmente, só que como o orçamento ele é anual, você tem que ter uma agilidade nesse processo, muitas vezes aqui também nós não contamos com uma estrutura ideal para nós estarmos trabalhando e fazer tudo, e assim com crescimento do fundo que se deu já houve a lei da reestruturação, já houve um aumento, mas assim, é um processo, todas as coisas vão convergindo

para uma melhor execução orçamentária, para produção de projetos melhores, para melhorar a qualidade de vida da cidade.

Cons. Maestro: Então só uma sugestão para as duas apresentações, porque nós ficamos vendo os números e eu acho que nós precisamos se apropriar um pouco mais do significado que seja o orçamento não só das questões administrativas que envolvem o gasto, que envolvem os procedimentos que nós devemos observar, porque me deu a impressão, por exemplo, que apesar dos valores serem altos nós não temos noção de um ano para o outro, por exemplo, o quanto cresceu, se diminuiu, então nós termos algumas análises para nós podermos também avaliar qual foi a eficiência com relação ao orçamento, por exemplo, em relação ao orçamento da cidade, o quanto significa esses valores R\$ 13.000.000,00 ou R\$ 14.000.000,00 são números altos, mas eu não sei o que isso significa com relação ao orçamento da cidade, porque uma das coisas para nós também vemos é que os valores alocados no orçamento da secretaria refletem também o quanto da gestão ele está colocando para o orçamento da cidade, na relação com o orçamento da cidade, qual é o que nos coube, o quanto é que está sendo investida ou o quanto deixou, se é suficiente ou é insuficiente, então pode ser que R\$ 13.000.000,00 ou R\$ 14.000.000,00 seja o suficiente, eu não sei se são suficientes, então apesar de nós termos essas divisões, algumas já são destinadas, a educação já tem a sua gestão, mas eu não sei, até para nós poder nos mobilizar, por exemplo, para uma questão de mobilização é pouco ou é muito o que nós temos? Então essa é uma primeira questão em relação ao orçamento da cidade, qual é o percentual que nós temos? E isso até para nós vemos ano a ano se houve um crescimento ou não com os recursos alocados no FEMA, nós temos um série histórica e isso quer dizer dá um trabalhinho, mas é fácil de fazer porque nós temos ano a ano desde que o fundo foi instituído, como quando, como que foi essa linha para estar ascendente, descendente? Então eu acho que isso seria importante, uma outra coisa é a eficiência, porque a Helena falou, nós gastamos pouco, mas quanto pouco nós gastamos? Então é 15%, é 10%, ah tudo bem, houve um contingenciamento, mas houve um contingenciamento, mas tudo bem, um contingenciamento também faz parte, foi a gestão que definiu que congelou, não congelou. Então isso também em termos da eficiência eu não sei como que foi, nós não temos essa análise, até por ano também eu acho que poderia ser feito e sempre comparar um pouco com o ano anterior, como que foi, quanto que nós tivemos de percentual, ou não, porque aí dá para nós uma análise, porque nós vemos os números, mas não estamos vendo os números comparados com nada, então não sei realmente se isso é pouco, se é muito, se é significativo ou não é significativo no orçamento da secretaria. Agora com relação a 1º que foi aquela questão das Atas das reuniões que você até nos entregou a relação das reuniões que foram do ano de .2009, eu acredito também que ela mereça um trabalho nesse sentido também, então nós falamos assim, é trabalhoso, porque significa que você tem que pegar cada Ata para ver o que foi discutido e nós temos um panorama em 2.009, o que nós discutimos em 2.009? Por que também ela aparece aqui, ela tem que pegar, nós discutimos o projeto tal, nós discutimos o Edital, nós discutimos avaliação, mas quanto do nosso tempo das reuniões plenárias foram para discutir os projetos ou foram para discutir as LOAS, então nós também temos um tratamento qualitativo porque aí aqui tem os informes, tem toda a relação, mas isso também não expressa, porque muitas vezes nas discussões durante a reunião, muitas coisas aparecem em termos de discussão, então de nós também termos um tratamento qualitativo do que é discutido até para nós falarmos assim, bom, nós gastamos o ano inteiro discutindo só avaliação dos projetos, por exemplo, será que isso nós deixamos de discutir outras coisas que eram importantes ou não, não sei, até para nós podermos avaliar nossa atuação também.

Coordenador Rubens: Eu acho importante isso, agora respondendo aqui o Gilmar que deu uma saidinha, mas com relação a prestação de contas eu entendo a preocupação do Gilmar principalmente quando ele se coloca como uma das entidades candidatas a recursos e tal, e também ao encontro daquilo que você falou, eu só queria lembrar que cada vez que a gente assina convênio com as entidades, eu e a Márcia vamos pessoalmente conversar com os responsáveis pelo projeto, o coordenador técnico do projeto, responsável pela entidade, a Márcia passa todo o aspecto técnico de acompanhamento do projeto, eu entro com toda a parte de prestação de

contas, então nós fazemos meio que um cursinho individual para cada uma das entidades, e lembrando que cada projeto como o Lucas falou tem uma complexidade, uma característica diferente, então os procedimentos apesar de serem padrão para prestação de contas, eventualmente nós temos que conversar durante a execução do projeto, conversar com as entidades, corrigir alguns rumos para que o projeto saia de acordo com aquilo que o conselho aprovou. Então a idéia de se fazer um curso para todas as entidades é interessante, mas por outro lado cada entidade assina o convênio em um momento diferente, então se eu fizer o curso hoje em fevereiro, mas as entidades só assinar o convênio daqui 2 meses, certamente eu vou ter que repetir tudo para que aquilo fique bem gravado e as dúvidas elas surgem durante a execução do projeto, porque uma coisa é você falar e explicar como faz, outra coisa é na hora de fazer que as dúvidas surgem, mas nós colocamos também nos colocamos sempre a disposição de todas as entidades a qualquer momento do desenvolvimento do projeto para estar auxiliando, estar conversando, diversas vezes nós chamamos as entidades para conversar, para corrigir eventuais distorções das prestações de contas, mas isso é feito, a idéia até nós já discutimos em algumas ocasiões, é preparar um manualzinho de prestação de contas e deixar isso de uma forma que nós possamos entregar para entidade aquele manualzinho de prestação de contas e aí ele segue aquele manual e ele vai atender as exigências da administração, o que falta? Falta tempo e detalhar essa coisa leva tempo, você precisa ter muito cuidado, você precisa levantar toda legislação para não faltar nada nesse manual, mas nós já estamos trabalhando em cima disso, e nós pretendemos em breve ter concluído esse manual.

Orador não identificado: Se o fundo permitisse, tem entidades que trabalham com gestão praticamente, então consultoria de gestão, e etc. Poderia trabalhar com o fundo, o staff é pequeno, nós já sabemos, então o crescimento do fundo é grande, mas você teria uma redução de retrabalho enorme, porque alguém poderia preparar ou fazer uma consultoria, preparando os manuais, preparando, treinando as ONGS, não sei se o fundo ainda não permite.

Coordenador Rubens: Mas nós podemos estabelecer parcerias e trabalhar em conjunto, é até interessante, porque as entidades tem uma experiência de outros fundos, de outras instituições de financiamento que podem estar acrescentando no nosso procedimento interno, então eu acho importante isso.

Gilmar: Teve uma experiência recente da própria Prefeitura na Secretaria de Participação e Parceria que são as melhores práticas, a troca, as ONGS trocando informações entre elas, a Rute eu acho que presenciou isso. Que é trocando informações entre elas sobre as dificuldades, olha como é que eu sanei tal dificuldade, etc. Houve um entrosamento e na preparação isso facilitou muito, tem muita ONG realmente que está despreparada, vocês sabem disso, e o retrabalho é muito grande, desgastante.

Coordenador Rubens: Com relação, eu não sei se você quer falar Helena.

Lucas: Eu gostaria de falar de acordo com as colocações dele, posso?

Coordenador Rubens: Pode, ficar a vontade Lucas.

Lucas: Com relação as suas colocações, o orçamento da Prefeitura em 2.009 foi de R\$ 25.000.000.000,00 e o orçamento do FEMA em 2.009 ao todo chegou quase aos R\$ 100.000.000,00, foi R\$ 90.000.000,00, ele estaria em 0,3 ou 0,2 do orçamento municipal, na verdade o FEMA pela própria Lei ele tem uma receita específica, então a receita do FEMA é colocada em uma conta específica é a parte do tesouro, muitas vezes a receita ela entra no tesouro, mas a Secretaria de Finanças joga para conta específica do FEMA, portanto é um orçamento a parte do município, ela tem uma receita própria, é feita essa análise tanto do percentual que é executado e tudo, é que eu não trouxe na minha apresentação, mas eu posso estar disponibilizando.

Cons. Maestro: Não é duvidando do que você conhece, mas como você não trouxe para gente, nós não temos esse parâmetro.

Lucas: Claro, então eu poderia até estar disponibilizando para vocês conforme interesse, eu vim para cá preparado para uma coisa, mas conforme o interesse as informações são feitas e são analisadas e na verdade assim, em 2005 quando começou, iniciou a gestão do Eduardo Jorge, foi de fato quando começou os fundos, o fundo começou a ganhar vida e a começou a funcionar de fato, nós tínhamos um orçamento de R\$ 1.000.000,00, hoje em 2010 consta R\$ 100.000.000,00, então há um crescimento exponencial e assim, a estrutura muitas vezes não acompanhou isso e agora está vindo em um processo, nós sabemos como que são as coisas, muitas vezes os carros são colocados na frente dos bois, portanto você cresce e depois você vem correndo atrás com a estrutura para você poder... Em termos da execução orçamentária, realmente nós temos uma série de problemas tanto com relação aos créditos de carbono, com a questão da qualidade dos projetos, tem toda uma burocracia maior com a despesa do FEMA, porque exige uma aprovação de uma comissão técnica, exige uma aprovação de vocês do conselho. Então isso para caber dentro do exercício e depois ter que licitar por exemplo uma obra, morreu, você correu em 6 ou 8 meses do ano acabou aquele orçamento, então assim, trazendo um pouco da nossa realidade para vocês estarem vendo. Então assim, o FEMA ele tem um crescimento muito grande e com relação ao orçamento da Prefeitura ele é bem significativo, R\$ 100.000.000,00 são significativos em qualquer lugar, eu acho que ...

Coordenadora Helena Magozo: Só complementando o que o Lucas está falando, de fato nós tivemos um crescimento exponencial do FEMA em 2.008 e 2 fatos contribuíram para isso, o 1º, foi o 1º leilão de crédito de carbono, que foi um aporte significativo, vocês repararam que tem uma separação entre os recursos advindos até na aplicação dos créditos de carbono e os outros que são advindos de uso de espaço público, de multas, dos procedimentos de avaliação ambiental e recursos orçamentários mesmo; essa verba subiu exponencialmente de R\$ 2.000.000,00 foi para R\$ 13.000.000,00, que são os recursos que apóiam os projetos das entidades que respondem aos Editais. Então nós tivemos de 2.008 para cá, um crescimento exponencial do FEMA, no relatório do TCM eles analisam que tirando do orçamento da Secretaria a questão de pessoal que é pesada, nós sabemos que o quadro funcional é alto, o orçamento do FEMA corresponderia a 63% do orçamento da Secretaria. É bastante, relativamente, é muito, pela análise que o Tribunal de Contas fez. Então é um pouco isso, Maestro, de 2.008 para cá nós efetivamente crescemos exponencialmente, nos 2 tipos de dotação, créditos de carbono que vocês conhecem e também na questão dos outros recursos não créditos de carbono. Rose ,por favor.

Rose Gottardo: Lucas, eu queria elogiar a sua apresentação, eu como a Helena, nós somos funcionárias há tantos anos, é muito difícil você entender esse negócio de orçamento e agora eu sou obrigada a entender pelo menos um pouquinho. Então assim, foi muito didático, mas eu entendo o que o Maestro está falando, eu acho que se vocês tiverem condições de fazer os comparativos isso é rico para o fundo, para fazer os comparativos quanto que nós conseguimos gastar, quanto que foi esse tempo, quanto que nós conseguimos gastar em 2.008, pegar isso que você já tem aí e só colocar em gráficos e disponibilizar inclusive no site de transparência, isso é muito legal, para nós entendermos a importância do fundo, quanto que nós conseguimos gastar e como esse dinheiro é importante para a cidade de São Paulo, porque tudo que você explicou aí só tem um objetivo, melhorar a qualidade de vida da população da cidade de São Paulo, então é isso aí e muito legal a sua apresentação porque você coloca bem no começo que tudo está vinculado com o programa de metas, o orçamento está vinculado sim no programa de metas, então eu queria a apresentação para mim, porque está bem didático, mas eu acho que nós poderíamos fazer esses gráficos comparativos que é bem rico.

Lucas: Exatamente eu acho que realmente eu posso disponibilizar, a informação é pública, está aí, com relação a isso eu até coloquei para o Maestro, não assim, não sabendo receber uma crítica, claro, eu acho que eu até podia ter trazido isso, mas como eu falei é feito essa análise, é uma

questão de nós instituímos o procedimento de trabalho, o fluxo de formações, que as informações estão lá, aí nós podemos combinar mensalmente vir apresentar como que está indo ou semestralmente nós fechamos, até final do ano nós mostramos, podemos fazer uma análise histórica de como o orçamento cresceu desde a gestão do Eduardo Jorge até hoje, porque se você for ver a execução orçamentária pode parecer baixa, mas ela é maior de qualquer uma que já possa ter acontecido, então de fato houve um avanço muito grande que deve ser considerado e muitas vezes quando você olha apenas os números aqui parece de R\$ 100.000.000,00 eles só executaram 15, 20.

Coordenadora Helena Magozo: Eu acho que temos que avaliar a questão absoluta e relativa e também a evolução do processo.

Lucas: E aí nós podemos combinar com Helena, nós combinamos posso vir e fazer apresentações de como está indo isso aqui no CONFEMA, nós podemos estar publicando e eu acho que é uma questão de estabelecer um fluxo de informação.

Coordenadora Helena Magozo: Que vão se alimentando, não é?

Lucas: Exatamente, aí conforme o interesse de vocês conselheiros também.

Coordenadora Helena Magozo: Tudo bem? Então eu queria agradecer ao Lucas, agradecer ao Rubens que continua com a gente, mas obrigada Lucas.

Lucas: Obrigado a vocês pela oportunidade.

Coordenadora Helena Magozo: E nós estamos aqui com a presença também de parceiros da DAF, a Janice e a Silvana com quem nós temos relação diária, várias vezes por dia, nessa busca de nós estarmos se integrando e se aperfeiçoando... Bom agora nós vamos para a aprovação da "Ata da 13º Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 15 de dezembro de 2.009". Os conselheiros que são favoráveis a aprovação da "Ata da 13º Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 15 de dezembro de 2.009", só para quem não participa do processo, eles recebem por e-mail, todo esse material, os conselheiros recebem por e-mail tem possibilidade de avaliar, aqui na verdade é uma síntese de todo esse material que eles tiveram acesso. Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação da "Ata da 13º Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 15 de dezembro de 2.009", levantem a mão. Então a "**Ata da 13º Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 15 de dezembro de 2.009**", **está aprovada por unanimidade.** Agora aprovação da "Ata da 14º Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 19 de janeiro de 2.010". Os conselheiros que são favoráveis a aprovação da "Ata da 14º Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 19 de janeiro de 2.010", levantem a mão. Então a "**Ata da 14º Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 19 de janeiro de 2.010**", **está aprovada por unanimidade.** Então nós vamos agora para o 2º item da ordem do dia que é apreciação e deliberação... Antes, nós temos que deliberar sobre o relatório de atividades do CONFEMA, então os conselheiros que são favoráveis a aprovação do "Relatório", considerando que o DPP está atento, o DAF também está atento às observações a aos aprimoramentos, os avanços interpretativos que o relatório possa ter, levantem a mão. Então o "**Relatório de Atividades**", **está aprovado por unanimidade.** Agora nós vamos para o ponto segundo da ordem do dia, apreciação e deliberação sobre projetos candidatos a financiamento pelo Edital FEMA, Nº 07. Então primeiro nós vamos para o projeto 106.

Projeto 106: "Projeto Comunicação e Educação Ambiental"

Instituição Proponente: Associação Cantareira.

Nós tivemos uma solicitação do Confema em relação a esse projeto, o projeto veio com uma indicação de não recomendação pela CAV, e esse conselho achou por bem ponderar sobre alguns

aspectos do projeto e encarregou a conselheira Mônica, que não está aqui presente, mas ela encaminhou para todos vocês um posicionamento do CONFEMA em relação ao projeto que eu vou estar lendo.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2.010.

Em reunião do CONFEMA no último 09 de fevereiro, os conselheiros decidiram revisar a avaliação do projeto Nº 106 que participa do Edital 07 do FEMA, pois a argumentação da CAV, não recomendando a aprovação do projeto, não nos pareceu adequada. O "Projeto Comunicação e Educação Ambiental", contribui para a produção e difusão de informações ambientais com jovens e na aprendizagem e multiplicação da prática de melhor aproveitamento em reaproveitamento de alimentos, reduzindo a produção de resíduos orgânicos descartados no lixo, com mulheres e é uma continuidade das ações que promove desde sua fundação em 1.996, lembramos que a Associação Cantareira é uma unidade com 14 anos de existência na região da Brasilândia, que segundo o Índice Paulista de vulnerabilidades social nesse distrito, mais de 65% da população encontra-se em situação vulnerável. A entidade e Associação Cantareira é mantenedora do Jornal Cantareira Comunitário muito conhecido na região Noroeste. Criado em dezembro de 1.997 tem circulação mensal com 10.000 exemplares por tiragem e distribuir em 420 pontos, como escolas, postos de saúde, igrejas, associações, bancas de jornal e correio. Atualmente também está hospedado em sites como www.rebra.org.br; www.cebsuai.org.br. Uma estratégia do projeto é divulgar as ações desse projeto no jornal mantido pela entidade, garantindo assim difusão das informações que irão ocorrer dentro do projeto. Em relação as recomendações da CAV logo abaixo descritas, acreditamos que a Associação tem possibilidade de atender essas demandas dos técnicos da CAV sem qualquer problema, a recomendação da CAV então que ela transcreve: No item atividade, oficinas de sustentabilidade alimentar, o público alvo é inferior ao apontado na metodologia sendo 4 grupos de 25 mulheres, perfazendo um total de 100 e não 80 como consta, carga horária insuficiente para associalização e multiplicação das informações, aprendizagem e saberes, total de 4 horas. Não consta nenhuma ação de multiplicação, na contrapartida estão inclusos os gastos com aluguel da sala, despesa de telefone, energia elétrica e banda larga da sede da associação. Sendo assim, aprovamos o projeto 106 "Comunicação e Educação Ambiental", da Associação Cantareira, desde que atenda as demandas solicitadas pela CAV. Atenciosamente. Estão aqui as pessoas que estavam presentes, os conselheiros que estavam presentes na reunião em que houve essa decisão. A Mônica Pilz Borba, o Francisco José Calheiros, Maria Lucia Bueno Camargo, Zânia Gouveia, José Maestro de Queirós. Alguma observação dos conselheiros? Então o que eu estou entendendo é que esses elementos colocados pela CAV segundo o posicionamento aqui da conselheira seriam condicionantes, é assim que está entendido? Maestro, por favor.

Cons. Maestro: Eu tenho só uma... A Mônica não está também, então eu nem sei se tem como fazer esse esclarecimento e como que nós podemos dar o andamento aqui, porque na verdade ela ficou de fazer uma avaliação do projeto e eu acho que ela está apresentando uma avaliação da instituição, em nenhum momento não foi colocado a possibilidade ou impossibilidade da instituição realizar o projeto. Eu sinto falta de que ela fizesse uma análise, porque a análise que a CAV fez para chegar a essa conclusão, ela avaliou o projeto, se tinha objetivo, não tinha objetivo, se estava compatível, ou não estava compatível, e eu acho que precisaria fazer um contraponto ao que a CAV estava dizendo, porque você diz tudo bem, a instituição é reconhecida, tem um instrumento de comunicação, para mim não era essa a questão, era a avaliação em si do projeto.

Coordenadora Helena Magozo: Francisco, por favor, no microfone.

Cons. Francisco: Então, também pelo que eu entendi complementando o que foi dito, a associação teria que ver o lado, vamos dizer um contraditório, ela teria que comparecer para dizer se de fato ela tem condições de atender as exigências do grupo técnico, porque como é condicionante.

Coordenadora Helena Magozo: A entidade até está aqui. A Mônica ficou encarregada pelo Conselho da realização do relatório e foi entregue . Aí cabe ao conselho estar vendo como encaminhar isso, se já tem elementos para encaminhar, é preciso que o Conselho resolva como estar encaminhando essa questão.

Cons. Francisco: Eu proproria, não sei, que fosse aberto prazo para ela se manifestar dizendo se adapta ou não as exigências, e apresentar um projeto ou fazer uma modificação que atenda as exigências, e apresentar o projeto, fazer uma modificação, que atende as exigências, feito isso voltaria aqui a pauta para deliberação, não sei.

Coordenadora Helena Magozo: A entidade queria se manifestar, independente do encaminhamento a entidade pode, a entidade se manifesta e aí nós fechamos o encaminhamento dessa avaliação.

Gilmar: Em relação a dúvida só do Maestro, eu estava presente nessa reunião, eu acho que nós tivemos alguns elementos que foram feitos pela equipe, que nos deu um balizamento do que era o projeto, realmente teve alguma falhas do projeto, mas nós já tivemos uma idéia geral do que era o projeto, da importância do projeto, aliás foi por isso que nós levantamos a questão de se dar uma chance da entidade rever as questões técnicas da CAV. Então eu acho que independente do que a Mônica colocou aqui, eu concordo que poderia ser mais profundo, mas eu acho que nós já temos uma base sobre isso, eu acho que é importante que a entidade se manifeste a respeito das exigências técnicas.

Coordenadora Helena Magozo: Por favor, o senhor poderia se apresentar e falar, e depois nós seguimos no encaminhamento, viu Francisco.

Presidente da Associação Cantareira: Bom dia a todos, um prazer estar aqui, Associação Cantareira, sou presidente, Jussara administradora de projetos e nós acolhemos a indicação, as recomendações da CAV, fizemos reuniões e estudos com a nossa equipe técnica e apresentamos por escrito as alterações e as exigências que vocês colocaram, estamos abertos e dispostos a acolher a orientação que vocês prestaram e encontramos também no próprio texto algumas dificuldades e aqui nós apresentamos elas por escrito como atendo para que se possa de fato chegar há um consenso e não nos sentimos prejudicados em quanto projeto e quanto a realização e agradecemos até a contribuição. Vou pedir que a Jussara detalhe para nós, caso haja necessidade, as questões levantadas nós as respondemos aqui, para que possam ter uma apreciação e perceber que nós somos uma entidade que tem credibilidade, que dialoga e que está aberta inclusive a outras orientações, estamos dispostos ao diálogo.

Coordenadora Helena Magozo: Se você me permite, eu vou ler o que nós recebemos, vocês concordam?

Associação Cantareira, (aí tem as referencias da Associação)

“Projeto Educação e Comunicação Ambiental”

Recomendação da CAV: No item atividade, oficinas de sustentabilidade alimentar: Retificamos e recomendamos, que apesar de um erro de digitação, estamos cientes que são 04 grupos de 36 mulheres, perfazendo um total de 100 horas, então não seriam o total de 100 mulheres, mas de 100 horas. Carga horária insuficiente para associalização e multiplicação das informações, aprendizagens e saberes, essa é uma atividade especifica de socialização, envolvendo as mulheres dos 04 grupos, jovens, lideranças comunitárias, e parceiros, porém nas metas está garantido que as mulheres serão multiplicadoras só não descrevemos as modalidades. Também faz parte da proposta, mas que não está explicitado no projeto o trabalho de orientação domiciliar que cada uma das mulheres irão fazer após o curso. Na questão da contrapartida, gastos com o aluguel de salas, despesas de telefone e energia elétrica e banda da sede da Associação Cantareira.

Justificativa: Com realização das atividades do projeto, tanto das 04 oficinas, bem como das oficinas de comunicação ambiental, aumenta os gastos desses itens, os quais estão considerados como contrapartida da entidade, caso essa justificativa não seja de acordo com as recomendações da CAV, podemos retirar esses itens da contrapartida e acrescentar outros.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2.010

Sr Cildo José Rosembach, presidente da Associação Cantareira.

Em relação as questões de contrapartida, eu queria que o Rubens se posicionasse.

Coordenador Rubens: No caso das contrapartidas, algumas entidades apresentam esses gastos, porque realmente a realização do projeto ela gera um custo maior de água, de luz, de telefone, porque ela tem que disponibilizar salas e tudo isso é um custo maior para a entidade, então eu acho que seria aceitável, perfeitamente possível que isso seja contrapartida, uma vez que é um gasto com o projeto e que a entidade vai ter que arcar com essa despesa, então como normalmente as entidades não possuem recursos financeiros disponíveis para estar depositando, ela entra com esses serviços como contrapartida, então como prestação de contas que a gente faz depois do acompanhamento, eu acho que é aceito esse tipo de despesa como contrapartida.

Coordenadora Helena Magozo: Agora está aberto para os conselheiros.

Cons. Francisco: Eu mantenho a proposta anterior que fosse então encaminhada ao grupo técnico para análise.

Coordenadora Helena Magozo: Não cabe mais, lembra o que nós combinamos da ultima vez? Já está no nível do conselho, quem tem que avaliar é o conselho, o conselho pode avaliar.

Cons. Francisco: Quer dizer, regimentalmente não?

Coordenadora Helena Magozo: Não, a CAV deu o seu posicionamento, agora o conselho pode estar ponderando, avaliando e fazer isso com maior liberdade, mas para a CAV não caberia mais o retorno.

Orador não identificado: Helena, essa carga horária não deveria estar em um quadro especificando mais no sentido de tantos grupos, tantas horas?

Coordenadora Helena Magozo: Tudo que vocês acham que é importante de informação para decisão, solicita-se.

Orador não identificado: Em uma tabela o cronograma dizendo, que são 04 grupos de 36 mulheres, perfazendo um total de 100 horas, não é isso? Agora são quantas reuniões? São 25 horas, quantas? Precisaria ter uma tabela com a distribuição dessas...

Coordenadora Helena Magozo: O planejamento dessas oficinas.

Cons. Maestro: Isso está no projeto, o problema que eu estou sentindo é que, como nós não nos apropriamos do projeto, porque isso está e isso coloca lá, ela coloca que são 04 oficinas de 40 horas e são 160 horas, então essa dúvida por exemplo já estaria sanada porque está dentro do projeto que a instituição apresentou. Eu sinto assim, que falta da gente aqui uma apropriação com relação ao projeto para poder fazer essa deliberação, porque a Mônica ao apresentar o parecer dela, ela falou da instituição, em nenhum momento nós estamos questionando a instituição, nem questionando o projeto mesmo, o projeto pode ser bom, eu nem estou dizendo que é fraco ou não é fraco, ou se é bom ou se é ruim, mas nós não estamos com o conhecimento do projeto para fazer essa deliberação, a não ser que alguém diga que está com pleno conhecimento, que leu.

Coordenadora Helena Magozo: Então qual é a sua proposta de encaminhamento, Maestro?

Cons. Maestro: De que a gente faça, talvez agora não seja o caso, a releitura do projeto para poder deliberar...

Coordenadora Helena Magozo: Para a próxima reunião?

Cons. Maestro: Para a próxima reunião.

Coordenadora Helena Magozo: Mas então eu pediria encarecidamente que houvesse esse tempo para apropriação porque senão não caminharemos.

Cons. Maestro: Mas aí é que está, ou alguém refaz esse parecer, complementa o parecer que a Mônica fez de apresentação da instituição, fala do projeto para gente poder fazer essa deliberação, porque eu acho que também não dá para fazer isso agora.

Cons. Francisco: Precisaria diante disso, diante do fato de que nós estamos com uma proposta do órgão técnico contra a apresentação de exigências eventualmente atendidas e diante da responsabilidade que é, eu acho que talvez fosse interessante dar vista aos conselheiros para eles analisarem, porque também nós votarmos no escuro, bem ou mal nós estamos nos contrapondo ao órgão técnico, juridicamente nós podemos fazer, agora para fazer não precisa ter uma...

Coordenadora Helena Magozo: Vocês planejam uma organização disso, para a próxima vez?

Cons. Francisco: A próxima reunião quando é?

Coordenadora Helena Magozo: É sempre terça-feira, todas as terças.

Cons. Francisco: Teria que fazer um rodízio do processo pelos conselheiros...

Coordenadora Helena Magozo: Ta bom, então vocês combinam como é, qual é o tempo necessário para isso, acho que nós temos mais duas...

Cons. Maestro: Você já encaminhou o projeto em PDF, inclusive, não é?

Coordenadora Helena Magozo: Já.

Orador não identificado: Eu me aterei às questões da CAV, eu não sei se é necessário reler todo o processo, eu me aterei às questões assim, vocês estão dando uma resposta às questões da CAV, eu me aterei a essas questões da CAV, não mais para uma questão do projeto, porque o projeto de uma certa maneira nós achamos relevante o projeto. Não faria toda essa análise profunda, ela pegou aqui as recomendações, 3 pontos e acabou, é impossível para gente deliberar sobre isso, talvez até pudéssemos analisar um pouco isso em função das recomendações da CAV aqui, que vocês tem informações disso, podem até nos ajudar em relação a isso.

Cons. Francisco: Isso é uma questão que foge um pouco desse processo com relação há uma questão regimental, não seria interessante rever esse posicionamento, porque quando chega da CAV, nós vamos para tudo ou nada.

Coordenadora Helena Magozo: Não vai, necessariamente e desejavelmente não vai.

Cons. Francisco: Eu sei, não vai, é que nós temos um saber técnico, entendeu o que eu estou querendo falar? No caso aqui, a gente embora reconhecendo que o projeto é bom, mas aquilo que eu estava falando, se o conselho não puder de novo mandar para a CAV.

Coordenadora Helena Magozo: Mas veja bem, por outro lado a CAV deu a posição dela, Francisco, se não, isso é um caminho sem fim, a CAV deu seu parecer, vocês podem não concordar, tem todo direito de fazer isso, ou levantar outros elementos que eventualmente a CAV não tenha levantado, agora esse retorno para a CAV é muito complicado.

Cons. Francisco: Eu sei, mas

Coordenadora Helena Magozo: Qual é a questão?

Cons. Francisco: Nós ficamos em uma posição às vezes, porque eu não me sinto competente o suficiente para as vezes entrar em determinado tipo de discussão na hora entendeu, é nesse sentido, e como a responsabilidade é muito grande de liberar dinheiro público, só isso.

Cons. Gilmar: Acho que nós temos um volume tão grande de trabalho, estou falando do caso de vocês, que eu me ateria realmente às questões da CAV e vocês que tem uma formação mais técnica podem simplesmente elucidar se isso atende ou não atende.

Coordenadora Helena Magozo: Nós do DPP não podemos fazer isso Gilmar.

Cons. Gilmar: Aqui nessa discussão.

Coordenadora Helena Magozo: Poderia até fazer em outro âmbito, mas aqui não.

Cons. Gilmar: Eu estou falando aqui na discussão da plenária aqui, que abertamente...

Coordenadora Helena Magozo: Nós não temos pessoas técnicas que também aqui podem estar se posicionado em relação as questões, nós enquanto coordenação, enquanto secretaria executiva, enquanto presidência, nós não temos essa possibilidade, nós não podemos.

Cons. Gilmar: O que me passa, que houve a correção, faltam alguns pequenos detalhes, mas houve aí a correção, o que falta mesmo é orientação a própria instituição, dizer olha, corrige aqui, porque a relevância do projeto, o mérito do projeto que é importante, se nós tivéssemos recusado o projeto não estaria voltando para essa plenária aqui, então não foram recusados por nós, eu acho que é uma questão, como ele falou a responsabilidade é grande, mas são detalhes técnicos que nós não temos condições de dar aqui em um quadro genérico, não sei como é que nós podíamos resolver isso, por mim está aprovado o projeto, se tivéssemos que votar.

Coordenadora Helena Magozo: Sempre o que acontece, remetendo ao relatório do Tribunal de Contas, o relatório da CAV é considerado subsidio, mas sempre que, isso nós estamos fazendo por orientação do nosso jurídico, sempre que o CONFEMA não segue a linha de avaliação da CAV, isso tem que estar muito claro na resolução, quer dizer a motivação do CONFEMA para não atender a CAV, isso que eles colocam, isso sendo garantido, o CONFEMA tem autoridade para tal, agora isso precisa ser colocado, qual é o motivo? Por que não se seguiu a CAV? O que motivou o CONFEMA e isso tem que ser colocado de forma clara na resolução, a motivação da decisão, isso tem que ser colocado.

Cons. Rose: Eu acho que nós poderíamos fazer o seguinte, todo mundo não vai ter isso em PDF? E nós focamos nos 3 pontos, já foi esclarecido pela coordenação que o item da contrapartida contempla, perfeito,

Cons. Gilmar: Já adiantou alguma coisa.

Cons. Rose: Já adiantou, então nós focamos exatamente nos 2 pontos outros pontos.

Cons. Gilmar: Eu acho que podemos resolver isso hoje, não precisa vir em uma nova reunião.

Coordenadora Helena Magozo: Vamos para as outras deliberações, nós deixamos para o final do dia isso, e aí vocês resolvem se é possível hoje.

Cons. Gilmar: Eu acho que dá para reiterar isso. Podemos votar agora?

Orador não identificado: (incompreensível, não falou microfone).

Cons. Francisco: Então, na medida que não pode voltar ao CAV, na medida que a contrapartida que eu acho que era a coisa mais grave do ponto de vista financeiro, foi esclarecido não é? Pela sua intervenção, porque no fundo as outras salvo o melhor juízo não são grandes questões, mais preocupante era a questão da contrapartida não é? Mas foi dito que não é, então diante do fato do esclarecimento, eu acho que nós podemos... Eu já me sinto em condições de votar diante disso.

Coordenadora Helena Magozo: Os outros conselheiros já acham que podemos ir para a deliberação?

Cons. Rose: Eu não estou em condições de votar, até porque eu acho que nós poderíamos resolver numa semana, então se propor, você já mandou em PDF, nós focamos nesses 2 pontos que tem, a contrapartida já está ok, meu voto é que nós deixamos para a próxima.

Coordenadora Helena Magozo: Então aqui, quais são os conselheiros que acham que nós devemos deliberar hoje, levantem a mão, então os que acham que nós devemos ir para a próxima semana são 2, o secretário que desempata. O secretário acha que deve ser votado hoje. Então vamos para a deliberação? Aí a deliberação, abriu-se também aquela possibilidade de algum termo condicionante. Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Educação e Comunicação Ambiental", da entidade Associação Cantareira levantem a mão. Os conselheiros que são contrários a aprovação do projeto "Educação e Comunicação Ambiental", da Associação Cantareira levantem a mão. É o secretário que decide, **por 3 votos a 2 o projeto "Educação e Comunicação Ambiental", da Associação Cantareira, foi aprovado.** É importante, que a motivação conste da resolução.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou microfone).

Cons. Francisco: O texto que foi apresentado pela Mônica, mais a carta eu acho que resolve o problema e o esclarecimento com relação a contrapartida que já consta na Ata.

Coordenadora Helena Magozo: E a questão de condicionante vai se colocar...

Cons. Francisco: Vai como condicionante...

Coordenadora Helena Magozo: Quais são as condicionantes que nós colocamos na resolução?

Cons. Francisco: Foi o seguinte, desde que atendida a exigência do CAV, que eles aqui apresentam.

Coordenadora Helena Magozo: Que entrariam como condicionantes...

Cons. Francisco: Que eles atenderam.

Coordenadora Helena Magozo: Está bom, qualquer dúvida, nós trazemos de novo para a elaboração da resolução.

Cons. Francisco: Sim.

Coordenadora Helena Magozo: Por que nós podemos ter dificuldades na elaboração, então nós trazemos viu Márcia, na próxima vez um esboço da resolução e nós definimos aqui as propostas.

Cons. Francisco: O que eu proporia então, é a condicionante e a intervenção dele que foi... Viu Márcia, a intervenção dele que foi muito boa acerca da contrapartida e da condicionante.

Coordenador Rubens: Eu tenho uma sugestão, até para agilizar, nós elaborarmos uma minuta dessa resolução, passar por e-mail para os conselheiros, os conselheiros fazem as alterações ou concordam com o texto e dão retorno para gente, para nós podermos publicar, para não termos que aguardar a próxima reunião para fazer reparos. Você queria falar alguma coisa Rose? Não? Então está ok.

Coordenadora Helena Magozo: Então agora nós vamos para as avaliações dos projetos do Edital FEMA N°07, nós vamos começar então seguindo a orientação do conselho, pelos projetos recomendados.

Projeto 145: "Trilha Plena dos Sentidos"

Instituição Proponente: INRI, Instituição Nacional de Renovação Integrado.

Duração do Projeto: 06 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 102.402,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 11.662,00.

Valor Total: R\$ 114.064,00.

Objetivo Geral: Sensibilizar e mobilizar a comunidade e entorno através da educação ambiental para agirem de forma sustentável respeitando qualquer forma de vida e deixando o ambiente melhor para as futuras gerações.

Síntese da Avaliação: A instituição já atua na região com 02 projetos "Cultivando para a Vida" e "Amigos do Parque", pretende alcançar 800 pessoas da comunidade das escolas públicas e particulares, sendo 200 com oficinas de horticultura urbana orgânica, e pequenos espaços, ervas aromáticas, oficinas de sabores e cheiros. Objetivo é estimular nos participantes um olhar agroecológico e dotados de instrumentos para cultivo e manejo orgânico em pequenos espaços. A instituição já tem 03 parceiros que garantem o que é oferecido como contrapartida, o projeto é bastante interessante e congruente com os objetivos do Edital, entretanto carece de ajustes, se o projeto, (isso aqui foram os ajustes solicitados naquela fase) se o projeto for financiado para o FEMA não se justifica a intenção anunciada no item 08, de cobrar taxas de participantes do projeto de escolas privadas, também é necessário indicar como será captado o público que anuncia ser da comunidade e das escolas da região. Então nesse sentido foram solicitados os seguintes ajustes:

- 1- Apresentar compromisso assinados de não cobrar qualquer taxa de nenhum participante do projeto, quer das oficinas, quer das trilhas. Resposta: A organização apresentou declaração assinada pelo presidente do Instituto de que não será cobrada nenhuma taxa dos participantes das oficinas e trilhas, atividades extras que fazem parte do projeto denominado "Trilha Plena dos Sentidos".
- 2- Apresentar carta de intenção das escolas com quem fará parcerias para formar as turmas para as oficinas e/ou trilhas. Resposta: Foram apresentadas cartas de parceria do colégio Degraus, da Escola Estadual Professor Luis A Fragoso, da Fundação Luis Marcondes, do colégio Ouro Preto, da Associação Metodista de Ação Social, da Associação dos mutuários e moradores da Cohab 1 e da BENF 1.
- 3 Explicitar como se dará a participação das demais 600 pessoas, já que as oficinas serão para 200 pessoas, caso seja o público das trilhas, informar como serão compostas as turmas e como se dará a comprovação da participação. Resposta: Foi apresentado o

cronograma distribuindo as oficinas e trilhas no tempo e quadro com a composição das turmas. A CAV considera então a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento nas Leis do SISNAMA, na Lei 14887 de 2009, na política municipal do meio ambiente e de educação ambiental e também o seu enquadramento na diretriz anual na temática Biodiversidade estabelecida pelo CADES em sua resolução 126 CADES 2009. Nós estamos reportando as diretrizes de 2009, porque o Edital que regra saiu em 2009, porque agora já temos o 2010. Aberto para o posicionamento dos conselheiros. Podemos ir para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Trilha Plena dos Sentidos", do Instituto Nacional de Renovação Integrado, levantem a mão. Então o **projeto "Trilha Plena dos Sentidos", está aprovado por unanimidade.**

Projeto 146: "Saber Sustentável"

Instituição Proponente: Instituição RECICLE.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 95.693,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 11.640,00.

Valor Total: R\$ 107.333,80.

Objetivo Geral: "Saber Sustentável", objetiva desenvolver um plano educacional para sustentabilidade, junto ao Centro Educacional Unificado Parelheiros, fomentando a melhoria, continuidade, constância de projetos sócio-ambientais, por meio de princípios orientadores e ferramentas de gestão compartilhada.

Síntese da Avaliação: O projeto apresenta clareza em todos os tópicos, possui uma equipe técnica com experiência relevante e é bastante objetivo. Então a CAV considera a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento nas Leis do SISNAMA, na Lei 14887 de 2009, na política municipal do meio ambiente e educação ambiental e também o seu enquadramento na diretriz anual, na temática Biodiversidade estabelecida pelo CADES, resolução 126 de 2009. Vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Saber Sustentável", levantem a mão. Então o projeto "**Saber Sustentável**", **está aprovado por unanimidade.** Então é importante assinalar que antes vocês já avaliaram, já receberam por e-mail todo esse projeto, aqui é só uma síntese da avaliação.

Projeto 147: "Galera Inteligente Preserva o Meio Ambiente"

Instituição Proponente: Associação Mamberti de Cultura.

Duração do Projeto: 10 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 105.100,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 13.730,00.

Valor Total: R\$ 118.830,00.

Objetivo Geral: Esse projeto tem por objetivo a criação de núcleos de atuação comunitária, para reflexão permanente e pró ativa da população em relação ao uso dos bens e recursos naturais no meio urbano e sua preservação.

Síntese da Avaliação: O projeto propõe a capacitação de 100 jovens, de 14 a 24 anos, como agentes de prevenção ambiental nos bairros: São Lucas, Vila Alpina, Jardim da Figueira e Vila

Califórnia, gerando núcleos de atuação comunitária, a região focalizada carece de projetos de educação ambiental e promoção de cidadania, os objetivos, proposta pedagógica e metas, estão suficientemente descritos, a metodologia é compatível com as propostas de educação ambiental, as atividades são coerentes e adequadas ao perfil do público focalizado. O orçamento está adequado a proposta, as parcerias estão devidamente registradas em cartas de anuência e a CAV considera então a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento, eu não vou repetir as Leis porque são sempre as mesmas, só para todos estarem cientes que vai constar na resolução. Então a diretriz anual e na temática biodiversidade estabelecida pelo CADES em 2009. Então vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Galera Inteligente Preserva o Meio Ambiente", levantem a mão. O **projeto "Galera Inteligente Preserva o Meio Ambiente", está aprovado por unanimidade.**

Projeto 152: "Parque Linear da Nascente do Ribeirão Jaguaré"

Instituição Proponente: IPESA, Instituto de Projetos e Pesquisas Sócio-Ambientais.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 107.737,50.

Valor de Contrapartida: R\$ 12.120,00.

Valor Total: R\$ 119.875,50.

Objetivo Geral: Sensibilizar, mobilizar, e capacitar um grupo comunitário de educação ambiental formado por 15 jovens, para o entendimento e apropriação de conceitos e práticas na formação do Parque Linear Nascente do Jaguaré, e a partir disso envolver a comunidade na discussão e no engajamento da temática através da apresentação dos resultados obtidos por esse grupo.

Síntese da Avaliação: O projeto articula objetivos, metodologia e atividades, inserem-se em área de atuação do núcleo de gestão neutralizada Centro Oeste 1, complementando o trabalho de Parques Lineares com o público atendido pela divisão. A CAV considera a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento legal e também na diretriz anual da temática expansão de áreas verdes e unidades de conservação do CADES 2009. Então vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Parque Linear da Nascente do Ribeirão Jaguaré", levantem a mão. Então **o projeto "Parque Linear da Nascente do Ribeirão Jaguaré", foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 156: "Infância Vivenciada, Capacitação Social e Pedagógica"

Instituição Proponente: Movimento Aliança pela Infância.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 33.419,71.

Valor de Contrapartida: R\$ 4.950,00.

Valor Total: R\$ 38.369,71.

Objetivo Geral: Capacitar o educador a atuar de forma humana, favorecendo o desenvolvimento infantil sadio, através de trabalhos manuais e atividades artísticas.

Síntese da Avaliação: O projeto da instituição Aliança pela Infância, pretende capacitar professores de educação infantil, para desenvolver a formação integral entre crianças de 0 a 15 anos, através da pedagogia Waldorf, recomendamos que haja na equipe um profissional com

experiência na área ambiental. Então a CAV considera a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento legal, também o enquadramento na diretriz anual da temática Biodiversidade, água, ar, e resíduos sólidos, economias solidária estabelecida pelo CADES em 2009. Então vamos para a deliberação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Infância Vivenciada, Capacitação Social e Pedagógica", levantem a mão. O **projeto "Infância Vivenciada, Capacitação Social e Pedagógica", está aprovado por unanimidade.**

Projeto 161: "Agricultura Urbana do Programa Células de Transformação"

Instituição Proponente: OIA, Instituto Ambiental.

Duração do Projeto: 05 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 89.840,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 10.100,00.

Valor Total: R\$ 99.940,00.

Objetivo Geral: Fornecer subsídios técnicos e éticos para a produção de alimento, no ambiente urbano com base na permacultura, para isso desenvolve 2 abordagens concomitantes na formação do participante.

Síntese da Avaliação: A agricultura urbana é uma diretriz da secretaria, o projeto está bem estruturado em relação ao objetivo, conteúdo e metodologia, justifica-se a recomendação considerando a dimensão do projeto na linha da agricultura urbana como ferramenta de transformação dentro dos paradigmas da educação ambiental, resgatando valores e culturas na promoção de uma consciência de sustentabilidade nas comunidades urbanas. Os ajustes solicitados foram atendidos e ressaltamos a necessidade de assinatura na carta de anuência da subprefeitura como entidade parceira. Então a CAV considera a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento na legislação e também na política estabelecida pelo CADES na resolução 126 de 2009. Então vamos a votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Agricultura Urbana do Programa Células de Transformação", levantem a mão. Então o **projeto "Agricultura Urbana do Programa Células de Transformação", está aprovado por unanimidade.**

Projeto 164: "Boa Praça"

Instituição Proponente: Associação Prosciense.

Duração do Projeto: 10 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 90.878,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 9.500,00.

Valor Total: R\$ 100.378,00.

Objetivo Geral: Esse projeto tem como objetivo principal promover a apropriação da Praça Amadeu Decome, pela comunidade do seu entorno, entendemos por apropriação do espaço público a permanente utilização e conservação desse espaço, ainda acreditamos que a conservação permanente de praças públicas só é possível com apoio e participação da comunidade do seu entorno.

Síntese da Avaliação: O projeto tem por objetivo promover a apropriação da Praça Amadeu Decome, pela comunidade, com vistas a conservação desse espaço e sua utilização permanente. O

projeto está articulado com as necessidades do local, pretende trabalhar o empoderamento do território pela comunidade local. A CAV considera a viabilidade técnica e financeira do seu projeto no enquadramento da legislação e na temática expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação estabelecidas pelo CADES em 2009. Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Boa Praça", levantem a mão. Então **o projeto "Boa Praça", está aprovado por unanimidade.** Agora nós vamos passar para a leitura dos projetos não recomendados.

Projeto 144: "Despertar sócio-ambiental no Rio Pequeno"

Instituição Proponente: Instituto Chico Mendes.

Duração do Projeto: 11 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 93.020,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 19.700,00.

Valor Total: R\$ 112.720,00.

Objetivo Geral: Educação Ambiental como agentes de reciclagem, 100, por intermédio de oficinas de capacitação e com crianças através de atividades de recreação, sensibilização, mobilização e lazer, 2000 pessoas.

Síntese da Avaliação: Falta clareza quanto ao objetivo geral e específico em desacordo com o conjunto e a ser trabalhado, faltou esclarecer em todas as etapas qual o público e a área envolvida, inclusive envolvimento das escolas e lideranças da região não estão confirmadas no processo, faltou carta de aderência desses atores no processo. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Despertar sócio-ambiental no Rio Pequeno", levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto, "Despertar sócio-ambiental no Rio Pequeno", permaneçam como estão. Então o **projeto "Despertar sócio-ambiental no Rio Pequeno", não aprovado por unanimidade.**

Projeto 148: "É tempo de reciclar"

Instituição Proponente: Igreja Evangélica Manancial Fonte de Água Viva.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 108.000,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 12.000,00.

Valor Total: R\$ 120.000,00.

Objetivo Geral: Capacitar o participante a conhecer a realidade sobre a problemática ambiental dos resíduos urbanos (lixo), as políticas públicas e legislação referentes ao tema e torna-lo capaz de traçar um plano de gestão de resíduos para a sua residência, empresa e escola ou condomínio.

Síntese da Avaliação: O ajuste solicitado ainda não foi atendido a contento, o detalhamento das atividades previstas não foi realizado e o orçamento apresentado contém despesas não permitidas no Edital, a equipe técnica não apresenta a qualificação para execução deste projeto, o objetivo de formar 1200 pessoas por mês é ambicioso e não foi apresentada a metodologia ou especificação do conteúdo. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "É tempo de

reciclar”, levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto “É tempo de reciclar”, permaneçam como estão. Então **o projeto “É tempo de reciclar”, não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 149: “Viver bem no Guarapiranga, Direitos, Deveres, Legislação”

Instituição Proponente: Centro de Direitos Humanos e Educação Popular no Campo Limpo.

Duração do Projeto: 10 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 104.990,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 12.590,00.

Valor Total: R\$ 117.580,00.

Objetivo Geral: Capacitar lideranças com conhecimentos jurídicos e ambientais básicos para que tenham e possam orientar não formalmente as comunidades onde vivem sobre como acessar a justiça e como preservar o meio em que vive.

Síntese da Avaliação: O projeto tem por objetivo capacitar lideranças sobre conhecimentos jurídicos e ambientais através de palestras, há principio uma proposta interessante, mas que esbarre em um orçamento com gastos muitos altos com a equipe de palestrantes, monitores e relatores, revisores e redatores. Diante da proposta das atividades apresentadas, é um projeto mal formulado com 505 horas para preparação e aplicação de encontros de formação sem explicação plausível para essa carga horária. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto “Viver bem no Guarapiranga, Direitos, Deveres, Legislação”, levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto “Viver bem no Guarapiranga, Direitos, Deveres, Legislação”, permaneçam como estão. Então **o projeto “Viver bem no Guarapiranga, Direitos, Deveres, Legislação”, não aprovado por unanimidade.**

Projeto 150: “Ambiente por Inteiro”

Instituição Proponente: Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 103.260,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 16.320,00.

Valor Total: R\$ 119.580,00.

Objetivo Geral: Promover estudos sobre os mecanismos de controle e possíveis soluções para a área de proteção e recuperação dos mananciais entre os moradores de habitações precárias na bacia hidrográfica do Guarapiranga.

Síntese da Avaliação: O projeto tem por objetivo promover estudos sobre o mecanismo de controle e possíveis soluções para áreas de proteção e recuperação dos mananciais, a estratégia proposta para a atividade do estudo de alternativas prevê visitas, conversas pessoais, por meio eletrônico com os moradores da região o que não garante a sustentabilidade das ações previstas. Não apresenta o tema das oficinas, nem os locais de sua realização. O valor da contrapartida é da ordem de R\$ 16.320,00 com gastos de água, luz e auxiliar de escritório e orçamento não detalha os gastos com o projeto. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto

"Ambiente por Inteiro", levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Ambiente por Inteiro", permaneçam como estão. Então o **projeto "Ambiente por Inteiro", não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 151: "Cuidadores do Conde, Parque Linear Cocaia"

Instituição Proponente: Associação Morada e Preservar a Chácara do Conde.

Duração do Projeto: 10 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 51.930,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 5.800,00.

Valor Total: R\$ 57.730,00.

Objetivo Geral: Instrumentalizar e formar agentes ambientais que atuarão como cuidadores e multiplicadores dos conceitos de preservação e educação ambiental, estimulando o conhecimento e participação dos jovens nas questões sócio-ambientais locais, estimulando o protagonismo juvenil para promover o resgate histórico do bairro, o resgate da auto estima e do exercício da cidadania, aprimorando-se de conhecimentos na área ambiental e enfatizando a importância da formação educacional e profissional para inserção na sociedade e ter uma perspectiva e qualidade de vida melhor ambientalmente e profissionalmente de forma sustentável no despertar de novas ocupações de trabalho, contribuir para promoção de um processo de sustentabilidade na região Chácara do Conde e Grajaú, promovendo a melhoria das condições sócio-ambientais e da qualidade de vida de seus moradores garantindo a preservação dos mananciais e da nascente do Ribeirão Cocaia, ali localizados e inseridos no projeto.

Síntese da Avaliação: Profissionais que compõe a equipe técnica apresentam currículos que relatam experiências, mas sem mensurá-la, planilhas de atividades desenvolvidas sem especificar as horas e o público, o responsável pelo projeto detém 44% do valor para as suas atividades em discrepância aos demais profissionais envolvidos na capacitação e formação dos adolescentes com pouco envolvimento dos professores com o desenvolvimento do projeto, caracterizando atividades pontuais, fragilizando assim o objetivo proposto, não possui carta de anuência da UBS/PSF Chácara do Conde e Escola Estadual Cristiano Asthie, material permanente sem orçamento. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Cuidadores do Conde, Parque Linear Cocaia", levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Cuidadores do Conde, Parque Linear Cocaia", permaneçam como estão. Então o **projeto "Cuidadores do Conde, Parque Linear Cocaia", não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 153: "Somos todos aprendizes, 2º Edição"

Instituição Proponente: Instituto de Ação Cultural e Ecológica, IACE.

Duração do Projeto: 07 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 107.300,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 12.650,00.

Valor Total: R\$ 119.950,00.

Objetivo Geral: O principal objetivo do projeto "Somos todos aprendizes", é contribuir para formação ambiental de alunos matriculados em EMEFS, do subdistrito Pirituba e a comunidade

abrangente, trabalhando temas relativos a geração e manejo do lixo urbano, consumo racional de água, solo, poluição, tratados ambientais, qualidade do ar, responsabilidades sócio-ambiental e etc.

Síntese da Avaliação: O projeto não apresenta clareza e coerência no que diz respeito aos objetivos específicos, atividades, benefícios a população focalizada, metas e avaliação do grau de satisfação, não apresentou carta de adesão das escolas e a contrapartida é incompatível com o orçamento proposto, inaplicabilidade do orçamento referente a materiais de consumo no item 2.5 uniformes, equipe em afronta ao inciso 09, parágrafo 6º da cláusula 2º do Edital. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Então vamos a votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Somos todos aprendizes, 2º Edição", levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Somos todos aprendizes, 2º Edição", permaneçam como estão. Então o **projeto "Somos todos aprendizes, 2º Edição", não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 154: "Educação Ambiental, Ações que fortalecem a Construção de um Bairro Educador, Formação de Formadores".

Instituição Proponente: União de Núcleos, Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clima, UNAS.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 107.966,57.

Valor de Contrapartida: R\$ 12.000,00.

Valor Total: (não foi possível efetuar o cálculo).

Objetivo Geral: Contribuir na formação de educadoras, educadores e lideranças comunitárias possibilitando que eles sejam facilitadores de processos de educação sócio-ambiental para um futuro sustentável, permitindo o desenvolvimento de projetos transformadores contextualizados na realidade local que busquem a melhoria da qualidade de vida, respeitando a teia da vida.

Síntese da Avaliação: O projeto é interessante e porém os objetivos específicos estão desarticulados da metodologia proposta, não há clareza quanto aos objetivos da atividade, entrevistas em Heliópolis com catadores, não especificou as parcerias estando em desacordo com o item 09 do Edital: O quadro de atividades está incompleto faltando faixa etária e benefícios da população focalizada, o orçamento total do projeto extrapola o valor estipulado e solicita pagamento de taxas bancárias que contrariam o Edital. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Educação Ambiental, Ações que fortalecem a Construção de um Bairro Educador, Formação de Formadores", levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto, "Educação Ambiental, Ações que fortalecem a Construção de um Bairro Educador, Formação de Formadores", permaneçam como estão. Então o **projeto "Educação Ambiental, Ações que fortalecem a Construção de um Bairro Educador, Formação de Formadores", não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 155: "TEIAS, Tenda de Educação Ambiental Solidária"

Instituição Proponente: ISES, Instituto de Sócio Economia Solidária.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 87.261,56.

Valor de Contrapartida: R\$ 32.140,00.

Valor Total: R\$ 119.401,56.

Objetivo Geral: Com objetivo geral de divulgar e estimular a criação de soluções práticas e tecnologias sociais e sustentáveis, articulando educação ambiental e economia solidária e cidadania planetária a fim de contribuir para o desenvolvimento local sustentável.

Síntese da Avaliação: A proposta em atender a uma demanda espontânea não garante a participação da população nas atividades, as oficinas terão duração de 1 hora, carga horária insuficiente para desenvolver todas as atividades propostas inviabilizando também a assimilação do conteúdo, assegurando apenas a aquisição do material gratuito (kit), no orçamento está previsto o pagamento aos educadores durante a fase de planejamento, falta detalhamento no quadro de recursos materiais. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "TEIAS, Tenda de Educação Ambiental Solidária", levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "TEIAS, Tenda de Educação Ambiental Solidária", permaneçam como estão. Então o **projeto "TEIAS, Tenda de Educação Ambiental Solidária", não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 157: "Temas Transversais"

Instituição Proponente: Sociedade Amigos Vila Nanci e adjacências.

Duração do Projeto: 06 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 107.988,60.

Valor de Contrapartida: R\$ 11.998,70.

Valor Total: R\$ 119.987,30.

Objetivo Geral: Compreender e aplicar a noção de desenvolvimentos sustentável na prática educativa, incentivar a compreensão dos perigos físicos, biológicos, e sociais que enfrentam o planeta Terra, comprometer-se com a questão do meio ambiente interagindo com a comunidade local, sensibilizar a comunidade da importância do meio ambiente para a vida no planeta, compreender a gravidade dos problemas ambientais e de urgentes sugestões para a sua solução, reconhecer e conscientizar-se da necessidade de preservar a natureza para melhoria da qualidade de vida, reconhecer a importância da natureza em nossas vidas, identificar os aspectos negativos que prejudicam a natureza, reconhecer e aplicar os diversos cuidados que devemos ter com a natureza, desenvolver a criatividade e a imaginação, desenvolver e praticar o amor a natureza como verdadeiro cidadão, promover o empoderamento da comunidade alvo, desenvolver atividades que permitam reflexão sobre a relação homem ambiente e seres vivos.

Síntese da Avaliação: O projeto não atende aos requisitos do FEMA 07, o valor/hora dos educadores está muito acima do valor da hora/palestrante da UMAPAZ, cujo o máximo é de R\$ 100,00 para doutores, na proposta um engenheiro civil com mestrado receberia um valor/hora de R\$ 600,00, para biólogo é previsto um valor/hora de 360,00. O projeto não informa o tamanho do público a ser beneficiado ou atendido, o texto do projeto é idêntico ao de 05 outros projetos já citados em avaliação anterior, números 91, 92, 93,94 e 95, apenas mudando a entidade proponente, além disso a equipe técnica é a mesma em todos os projetos e 46% do orçamento é destinado a pagamentos de serviços de pessoa jurídica, isso sugere que a proposta foi gerada por terceiros. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Temas Transversais", levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto, permaneçam como estão. Então o **projeto "Temas Transversais", não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 158: "Consumo Responsável, Economia Solidária como Instrumentos de Educação Ambiental e Emancipatória".

Instituição Proponente: Instituto Kairós, Ética e Atuação Responsável.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 97.987,40.

Valor de Contrapartida: R\$ 19.000,00.

Valor Total: R\$ 116.947,40.

Objetivo Geral: O presente projeto prevê a realização de um processo de educação ambiental e emancipatória com a população da região do Bairro Parque Fernanda, no subdistrito do Capão Redondo, com objetivo de articular as lideranças e as escolas locais e um processo comunitário, de planejamento e execução de uma intervenção sócio-ambiental que contemple admissão socioeconômica como estratégia de desenvolvimento local integrado e sustentável.

Síntese da Avaliação: O projeto pretende formar lideranças locais para intervenções sócio-ambientais, no ajuste apresentado pela instituição constatou-se que:

- 1- Apontou o mesmo valor a ser gasto com material permanente, R\$ 17.000,00, distribuindo essa quantia com material permanente de consumo e horas com educador.
- 2- Realocou o gasto de conta com telefone para outro item do orçamento.
- 3- O valor de contrapartida está concentrada no pagamento do coordenador do projeto que é também o presidente da entidade.

Pelo exposto acima a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Consumo Responsável, Economia Solidária e Instrumentos de Educação Ambiental e Emancipatória", levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Consumo Responsável, Economia Solidária e Instrumentos de Educação Ambiental e Emancipatória", permaneçam como estão.

Cons. Francisco: Eu tenho que me retirar.

Coordenador Rubens: Deixe eu ver, faltam 04 projetos, eu não sei se vocês podem aguardar? Por que senão esses projetos terão que ser transferidos para a próxima reunião por falta de quorum. Aí fica a critério dos conselheiros. Talvez nós possamos parar e submeter depois, são projetos não aprovados, não vão ter implicação do convênio, talvez possa ficar para a próxima reunião, fica a critério de vocês. Só queria colocar aqui uma nota que a Helena teve que se ausentar porque ela precisou participar com urgência de uma Câmara Técnica e ela pede para que a gente faça uma razão da condicionante do projeto nº 161, que é aquele da resolução, então eu não sei...

Cons. Rose: Eu acho que fica difícil, porque justamente nós que vamos ficar, somos os 02 que votamos contra, contrários?

Coordenador Rubens: Então fica para a próxima reunião também?

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenador Rubens: Ta, eu vou conversar com a Helena e a gente manda e-mail para vocês informando, mas a principio as deliberações então ficam transferidas para a próxima reunião no próxima terça-feira, ok? Obrigado a todos, boa semana.

